

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Atenção para não cair na malha fina 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

País tem 51% dos domicílios nas classes D/E 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Políticas públicas de saúde mental do país são feitas às escuras 8

FOLHA ONLINE - SP
ANFIP

Reajuste do INSS fica menor com desconto do Imposto de Renda (Imposto de Renda) 11

PORTAL R7 - NACIONAL - FOLHA VITÓRIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar primeira parcela do 13º. Veja o calendário! 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Macron é reeleito e volta a bloquear ultradireita, mas promete mudanças 15

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação recorde não é única causa da queda na popularidade de Biden (Editorial) 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Rio permitirá pagamento de tributo em até 48 parcelas 19

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara analisa LDO 2023 com receita de R\$ 10,7 bi 20

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Macron é o primeiro presidente reeleito na França após 20 anos 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação alta empobrece país, mas políticos ignoram debate econômico - MERCADO S/A
..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Pobre Brasil que empobrece mais (Editorial) 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA DA 2ª
ECONOMIA

Bolsonaro não teme o Supremo porque vive da crise institucional 28

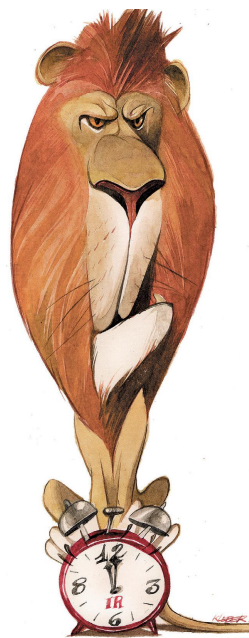
FOLHA DE S. PAULO - SP - AGROFOLHA
ECONOMIA

Renda dos trabalhadores mais ricos recua 16% na pandemia 31

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

| | |
|--|----|
| Planos de saúde 16% mais caros..... | 34 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Dívida, inflação e estagnação (Editorial)..... | 35 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Inflação e guerra na Ucrânia foram principais temas de reunião do FMI..... | 36 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA | |
| Commodities e maior caixa elevam dividendos e indicam 2022 positivo..... | 37 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA | |
| Questionário pré-Copom - DESTAQUES..... | 38 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA | |
| Fed traz nova onda de volatilidade cambial..... | 39 |

Atenção para não cair na malha fina



Victor Correia

Os contribuintes ganharam um pouco mais de tempo para entregar a declaração do Imposto de Renda. Em 5 de abril, a **Receita Federal** publicou no Diário Oficial da União a extensão do prazo para 31 de maio, enquanto o limite anterior era 29 de abril. Em nota, o órgão informou que a decisão foi tomada para combater eventuais dificuldades causadas pela pandemia da covid-19.

Para o supervisor Nacional do Imposto de Renda, o auditor fiscal José Carlos Fernandes da Fonseca, os declarantes devem usar o tempo extra para preencher as informações com calma e conferir os documentos necessários.

Fonseca alerta que a maioria dos casos que caem na malha fina ocorrem por falta de atenção ou por pressa na hora de preencher os campos. Pouca informação sobre o que precisa ser declarado e que tipos de despesas são dedutíveis também induzem o contribuinte ao erro.

Também é importante que o cidadão se atente à declaração pré-preenchida. Quando utilizada, o sistema pega dados de declarações anteriores, assim como de informações preenchidas por terceiros, podendo reduzir drasticamente os casos na malha fina decorrentes de erros no preenchimento. Confira as principais dúvidas comentadas por Fonseca, em conversa com o Correio.

Obrigatoriedade

Se o contribuinte recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 ? como aluguéis, salários, pensões ? ela está obrigada a apresentar a declaração. Da mesma forma, quem recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil. Existem outras obrigações, como as que envolvem atividade rural ou compensação de prejuízo. O importante é a apuração do ganho de capital. O que é isso? É você vender algum bem num valor superior ao que você comprou. Havendo ganho de capital, você está obrigado a apresentar a declaração. Todas essas regras podem ser conferidas na Instrução Normativa. Neste ano, a declaração pode ser feita pelo computador, instalando um programa baixado no site da **Receita Federal**. Ela pode ser feita on-line, entrando no portal do e-CAC com sua conta gov.br, sem precisar instalar nada, ou ainda por dispositivos móveis, pelo aplicativo Meu Imposto de Renda, tanto em aparelhos Android quanto em IOS.

Pandemia

Com a pandemia, tivemos mudanças nos hábitos, e questões diferentes podem aparecer na hora da declaração. A dúvida mais frequente é se pode deduzir despesas com testes de covid. Testes feitos em farmácias, em postos de atendimento, não têm previsão legal para serem usados como despesas dedutíveis. Agora, aqueles testes de covid feitos em laboratório, com ou sem prescrição médica, são dedutíveis desde que pagos pelo contribuinte e com a nota fiscal identificando quem fez o teste. Durante a pandemia, muitas pessoas fizeram cursos e faculdades on-line e também surge essa dúvida. As despesas com instrução permitidas para deduções são as do ensino normal, ou seja, o ensino médio, superior e técnico. Já cursos extras, como curso de artes, de inglês, não são dedutíveis. Todas as regras que se aplicam aos cursos fora da internet também se aplicam dentro dela. Outra dúvida é de quem foi mandado embora do trabalho e recebeu o fundo de garantia, se têm que declarar. O FGTS é um rendimento isento, mas se a pessoa atingiu um valor de rendimentos isentos acima de R\$ 40 mil, ela é obrigada a declarar o Imposto de Renda.

Documentos

É importante que a pessoa tenha posse dos seguintes

documentos: comprovantes de rendimentos, seja de trabalhos, de aluguéis, todos eles; e comprovantes de pagamentos, de todas as despesas que ela teve durante o ano, como planos de saúde. No caso das despesas, é preciso haver identificação correta do beneficiário, e com quem o serviço foi gasto. Você só pode deduzir se as despesas foram gastas com o contribuinte ou com dependentes. Se eu, por exemplo, pago as despesas médicas de uma sobrinha, eu não posso receber deduções por isso. Se o declarante comprou ou vendeu algum bem no ano passado, o que conta é o valor pago durante o ano. O valor dos bens deve ser declarado pelo que foi pago. Tendo esses documentos à mão, fica mais fácil de preencher a declaração com calma.

Mei

A pessoa que é registrada como microempreendedora individual (MEI) passa a ter responsabilidade sobre duas pessoas: a pessoa física, ela mesma, que tem o CPF e recebe rendimentos; e a pessoa do MEI, que é uma empresa e tem CNPJ. Quero deixar claro que são duas personalidades, duas coisas distintas. O MEI tem que apresentar uma declaração anual, sempre até maio do ano seguinte, mostrando todo o faturamento que teve. Sobre esse faturamento, a legislação permite que uma parte seja considerada rendimento isento da pessoa física, dona do MEI, e a outra parte é um rendimento tributável. Dependendo da atividade que o MEI exerce, as partes consideradas isentas ou tributáveis mudam. No caso de prestação de serviços, 32% do faturamento é considerado isento. Se é exercida atividade de transporte de passageiros, esse percentual é de 16%. Em comércio, o limite é de 8%. O que ultrapassar esses percentuais é considerado rendimento tributável. Mas e a pessoa física, ela é obrigada a apresentar a declaração do Imposto de Renda por ter MEI? Não necessariamente, depende dos valores que ela recebeu. Se os rendimentos isentos ultrapassaram R\$ 40 mil ou se os tributáveis passaram do montante de R\$ 28.559,70, ela precisa declarar.

Pré-preenchida

A declaração pré-preenchida é a forma mais fácil de fazer a sua declaração. Ela está liberada para todos os usuários que possuem contas gov.br nos níveis ouro ou prata, em qualquer forma de preenchimento, seja pelo computador, tablet ou celular. Entre na plataforma com a sua conta gov.br e aparecerá um botão para iniciar com a declaração pré-preenchida. Clicando nele serão carregadas todas as informações que o contribuinte tem dentro da **Receita Federal**. O sistema começa buscando as informações que estão nas declarações passadas do próprio contribuinte que se repetem a cada ano. Se já havia sido preenchido

endereço, telefone, dependentes, bens, rendimentos frequentes, esses dados já são carregados para evitar a digitação e facilitar o preenchimento. Também são carregadas informações que terceiros passaram para a Receita sobre o contribuinte. Se a fonte pagadora já declarou quanto o declarante recebeu de salário, essa informação já irá para a declaração. Da mesma maneira hospitais, clínicas, planos de saúde, imobiliárias, outros profissionais liberais, todos esses que informam pagamentos e rendimentos para a **Receita Federal**. Além de facilitar o preenchimento, essa ferramenta busca reduzir muitos problemas de malha fina em função de erros no preenchimento. A responsabilidade pelo correto preenchimento continua sendo do contribuinte, mas é muito mais fácil simplesmente conferir se os rendimentos estão corretos com os comprovantes à mão do que ter que digitar tudo novamente.

Dicas

A maior causa de problemas nas declarações é a falta de atenção no preenchimento. Às vezes a pessoa pega o comprovante, e na hora de transportar os valores para a declaração ela se engana, bota um CPF errado, um CNPJ errado, um valor invertido. Essas informações são confrontadas com a de terceiros, e isso vai gerar uma divergência. Como não sabemos quem pode ter errado, essa declaração fica retida na malha e o contribuinte tem que explicar aquela diferença. A maior dica, então, é preencher com cautela. São quase dois meses nos quais a declaração pode ser feita, basta olhar sempre com atenção o comprovante de rendimentos e se os valores estão corretos.

A malha fiscal também tem retido muita gente por informações incorretas. Uma delas é a falta de informar rendimentos. Às vezes, a pessoa trabalha na mesma empresa a vida toda, mas esqueceu que no ano passado fez um bico, um trabalho como freelancer, e esquece de declarar esse rendimento eventual por não ser uma atividade comum. Também ocorre de esquecerem de declarar os rendimentos de um dependente, de um filho que faz estágio remunerado, por exemplo. Para evitar erros, muita atenção no preenchimento. A declaração pré-preenchida também ajuda com isso, recuperando informações de forma mais fácil. Eu aconselho usá-la para evitar ficar digitando todas as informações.

Prazo

As pessoas obrigadas a declarar que não o façam até 31 de maio estão sujeitas a ter seu CPF classificado como omissão, o que leva a problemas junto a instituições bancárias, instituições de financiamentos de crédito, de aposentadoria, entre outras.

Para regularizar o CPF, a pessoa terá que apresentar a declaração em atraso e estará sujeita a multa no valor mínimo de R\$ 165,74 ou 20% do imposto devido calculado na declaração.

Lembre-se! O prazo para entrega da declaração foi estendido pela Receita Federal até o dia 31 de maio

O que me obriga a declarar?

- Rendimentos tributáveis totais (como salários e aluguéis) acima de R\$ 28.559,70 em 2021
- Rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como bolsas de estudo) totais acima de R\$ 40.000,00 em 2021
- Ganho de capital na alienação de bens ou direitos
- Posse de bens ou direitos totalizando mais do que R\$ 300 mil até 31 de dezembro de 2021
- Realização de operações em bolsas de valores, em qualquer valor
- Receita bruta em atividade rural acima de R\$ 142.798,50 em 2021
- Passar a residir no Brasil em qualquer mês do ano passado e se encontrar nessa situação até 31 de dezembro de 2021
- Ter isenção de imposto sobre ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Principais problemas que levam à malha fina

- A maior causa de problemas é a falta de atenção no preenchimento
- Erros na hora de digitar os dados. Ex: CPF errado, valores invertidos, etc
- Esquecer de informar bicos, trabalhos como freelancer, e outras atividades
- Esquecer de declarar rendimentos dos dependentes, como filhos
- Utilizar para dedução despesas que não são direcionadas ao contribuinte ou seus dependentes
- Tentar deduzir cursos extracurriculares, como de idiomas

Dicas de preenchimento

- Tenha em mãos todos os comprovantes de rendimentos e de despesas dedutíveis
- Lembre-se de declarar os rendimentos de todos os dependentes
- Confira se as despesas dedutíveis foram gastas com o contribuinte ou com seus dependentes, mas não com terceiros
- Preencha os dados com cautela! São dois meses em que a declaração pode ser feita
- Utilize a declaração pré-preenchida para diminuir o risco de erros de digitação
- Olhe com bastante atenção os documentos e confira se os dados estão corretos

País tem 51% dos domicílios nas classes D/E

Lucianne Carneiro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187198

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187198

Políticas públicas de saúde mental do país são feitas às escuras



SAÚDE EM PÚBLICO Dayana Rosa, Luciana Barrancos, Maria Fernanda Resende Quartiero e Rebeca Freitas Dayana é pesquisadora de políticas públicas do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps). Luciana é gerente executiva do Instituto Cactus. Maria Fernanda é diretora presidente do Instituto Cactus. Rebeca é coordenadora de advocacy e relações governamentais no Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS)

Imagine cozinhar um prato pela primeira vez, mas não saber quais ingredientes usar ou o modo de fazer. Imaginou? Com exceção dos talentosos por natureza, seria difícil ficar bom. É assim que a maioria das políticas públicas de saúde mental tem sido conduzidas no Brasil: às escuras.

Desde a última edição do "Saúde Mental em Dados", já se passaram mais de 7 anos da publicação oficial de informações transparentes e qualificadas sobre as políticas e programas de saúde mental do Poder Executivo.

Não só os governantes, mas também gestores e pesquisadores são obrigados a recorrer a outras formas de informação na tentativa de implementar políticas públicas baseadas em evidências.

Uma das consequências desse apagão é o desinvestimento na Política de Saúde Mental, conforme aprovada e concretizada na Rede de

Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS.

Para cobrir parte dessa lacuna, o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps) e o Instituto Cactus somaram esforços para levantar informações relevantes e mapear o que o Poder Executivo tem a oferecer na área de Saúde Mental, em todos os níveis de Atenção e também nas estratégias de reinserção social - um dos principais objetivos da Reforma Psiquiátrica.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do SUS, ou seja, onde a prevenção tem mais espaço para acontecer. Nela, existem os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e os Consultórios de Rua.

Os Nasf, um dos tipos de serviços mais acessível às pessoas em seus bairros, contam com equipes de formação de diversas áreas de conhecimento, garantindo um atendimento mais amplo e, ao mesmo tempo, resolutivo.

Contudo, em 2017, a revisão da Política Nacional de Atenção Básica acabou com o financiamento federal dos Nasf e, por consequência, o mesmo aconteceu com os Consultórios na Rua, responsáveis por ampliar o acesso e desenvolver ações para a população em situação de rua -notadamente um segmento da população que não para de crescer.

Na Atenção Psicossocial Estratégica, ou seja, aqueles serviços que gerenciam a demanda e a oferta, temos como principais equipamentos, os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e as Equipes Multi-profissionais de Atenção Especializada. Estas são compostas por médicos psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, enfermeiros e outros profissionais que atuam no tratamento de pessoas com transtorno mental em ambulatórios.

Já os Caps, que podem ser voltados para o público infanto-juvenil, adulto ou usuários de álcool e outras drogas, se propõem substitutivos ao modelo da internação, ou seja, incorporando o cuidado na comunidade e estimulando a integração com suas famílias e a sociedade.

Mas, em 2018, o Ministério da Saúde desabilitou 72 unidades de Caps, alegando ausência de registros de

procedimentos nos sistemas de informação do SUS nestes serviços específicos.

Aumentam as chances de tomar decisões equivocadas Na Atenção Residencial de Caráter Transitório temos as Unidades de Acolhimento (UA) e as Comunidades Terapêuticas (CT). As UA, que contam com um Caps de referência, podem atender os públicos adulto ou infanto-juvenil, tendo como objetivo oferecer acolhimento voluntário e cuidados contínuos para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em situação de vulnerabilidade sociais e familiar e que demandem acompanhamento terapêutico e protetivo.

As CT, por sua vez, são entidades da sociedade civil que não estão, necessariamente, cadastradas como serviço de saúde, que não contam com internações sempre voluntárias, e que já foram alvo de diversas denúncias de violação de direitos humanos - conforme divulgou o Relatório Nacional de Inspeção em Comunidades Terapêuticas.

Entretanto, ao passo que as UA receberam, em 2021, pouco mais de R\$ 20 milhões de repasse do Governo Federal, as CTs receberam, ao que se sabe, seis vezes mais que esse valor, e recentemente passaram a contar com imunidade tributária de contribuições à **seguridade social**.

Sobre a Atenção Hospitalar, tanto as Enfermarias Especializadas em Hospital Geral, quanto os Hospitais Psiquiátricos Especializados e os Hospitais-Dia não recebem inspeção do Poder Executivo há 8 anos. O último Programa Nacional de Avaliação de Serviços Hospitalares (Pnash)/Psiquiatria foi realizado no biênio 2012/2014.

O Pnash é uma pesquisa de satisfação dos usuários nas unidades de Pronto Socorro, Ambulatório e Internação, que envolve, além da aplicação de roteiro técnico realizada pelos gestores estaduais e municipais em hospitais públicos e privados vinculados ao SUS, a análise da estrutura existente e dos processos prioritários.

Dentre as estratégias de reinserção social, que é um dos principais objetivos da Reforma Psiquiátrica, estão os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), o Programa de Volta para Casa e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os SRTs são alternativas de moradia para um grande contingente de pessoas que estão internadas há muitos anos em hospitais psiquiátricos por não contarem com suporte adequado na comunidade.

O Programa de Volta para Casa garante um auxílio-reabilitação psicossocial para o acompanhamento das

pessoas nessas condições. E o BPC, por sua vez, destina-se às pessoas que tenham uma renda inferior a um quarto do salário mínimo e mais de 65 anos (ou deficiência em qualquer idade).

Assim como os Caps, em 2018 foram desabilitadas 194 SRT, e o Governo Federal acabou de revogar, em março de 2022, o Incentivo Financeiro de Custeio Mensal para o Programa de Desinstitucionalização da RAPS e transferiu para o Ministério da Cidadania mais uma ampliação de investimentos em hospitais psiquiátricos, através de um edital para Organizações da Sociedade Civil (OSCs) - incluindo organizações religiosas.

A história recente das políticas de saúde mental no Poder Executivo se confunde com uma histórica falta de informações que, por sua vez, impacta todas as fases das políticas públicas - desde sua formulação até a avaliação e aprimoramento.

Hoje, gestores, pesquisadores e organizações da sociedade civil não têm acesso a dados como a quantidade de pessoas que estão internadas em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, quantas são as CT que recebem financiamento público ou quantas pessoas foram atendidas na RAPS e qual o desfecho dos casos clínicos.

Organizações da sociedade civil, com o apoio de Secretarias Municipais de Saúde, se mobilizaram para suprir alguns dos dados faltantes e avançar neste debate, mas é necessária uma priorização estratégica em todas as esferas no sentido da mensuração e avaliação da qualidade dos serviços, para que tenhamos o aprimoramento contínuo na prestação do cuidado e no uso de recursos públicos.

Os serviços oferecidos pelo SUS para pessoas com transtorno mental, quando recebem investimento para ter a RAPS como orientadora do cuidado e estão comprometidos com a proteção de direitos de usuários e famílias, são um bom começo para fazer políticas públicas de saúde mental eficientes.

Contudo, quando as tomadas de decisão não são baseadas em evidências, ou as evidências pouco são produzidas e divulgadas com transparência, a descaracterização de políticas é inevitável e suas consequências são reais no cotidiano de quem sofre.

Produzir dados e gerar informações é começo e fim para esse impasse: pressuposto básico para garantir o cuidado e uma luz no fim do túnel para as políticas de saúde mental.

[...] É necessária uma priorização estratégica em todas as esferas no sentido da mensuração e avaliação da

qualidade dos serviços, para que tenhamos o
aprimoramento contínuo na prestação do cuidado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

91

Reajuste do INSS fica menor com desconto do Imposto de Renda (Imposto de Renda)

Isabela Lobato

O aposentado Livino Ribeiro, 67, reclama que seu benefício do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) teve um reajuste menor do que os 10,16% anunciados pelo governo. Segundo Ribeiro, ao comparar o valor final do benefício, após o desconto do Imposto de Renda, o reajuste foi de 10,06%.

O reajuste anual dos benefícios do **INSS** considera a **inflação** do ano anterior, medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e é aplicado sobre o valor bruto do benefício, ou seja, antes dos descontos. Segurados que recebem aposentadorias, pensões e outros benefícios acima do salário mínimo tiveram a renda reajustada pelo índice exato de **inflação**, de 10,16%.

Para aposentados e pensionistas que tiveram o benefício concedido a partir de fevereiro de 2021, o primeiro reajuste foi proporcional, conforme o mês de início do pagamento.

Segundo o **INSS**, a diferença no pagamento de Ribeiro não se refere a um erro no reajuste, mas ocorre devido ao Imposto de Renda que é descontado do benefício. O órgão informa que os segurados da Previdência que recebem acima do salário mínimo tiveram os benefícios reajustados em 10,16%, conforme o INPC, assim como foi feito com o aposentado Livino Ribeiro. "O motivo do valor líquido ser menor é que houve desconto de R\$ 3,99, referente ao Imposto de Renda", informa.

O extrato de pagamento da aposentadoria, que pode ser consultado pelo site gov.br/meuinss ou aplicativo de celular Meu **INSS**, mostra os valores descontados do benefício. O extrato também pode ser solicitado pelo telefone 135.

É importante prestar atenção nas faixas de tributação antes de pedir uma revisão ao **INSS**. A correção mais recente feita na tabela usada para calcular o desconto do Imposto de Renda é de 2015. Sem o reajuste na tabela, cada vez que o valor da aposentadoria sobe, mesmo que não haja um aumento real no poder de compra, mais contribuintes acabam pagando mais IR.

Segundo o Sindifisco (Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**), se a correção acompanhasse o

IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), nenhum contribuinte com renda tributável mensal inferior a R\$ 4.427,59 pagaria o imposto.

A Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal**) calcula que em 2022 a Receita recolhe R\$ 149 bilhões a mais do que seria devido caso os valores fossem reajustados integralmente pela **inflação** desde 1996. A defasagem na tabela do IR no governo de Jair Bolsonaro (PL) atingiu um pico na série histórica, iniciada em 1996.

"O governo anuncia o reajuste todo mês de janeiro de cada ano e aquele aumento não chega no bolso dele [do aposentado], justamente porque a mordida do leão aumentou. Ele acaba pagando mais imposto", explica o analista editorial da área de IR do IOB, David Soares.

Hoje, contribuintes que recebam até R\$ 1.903,98 são isentos do IR, e os aposentados e pensionistas que têm 65 anos ou mais têm isenção especial -há direito ao dobro da isenção sobre o benefício. Para essa categoria, o IR só é calculado sobre o valor que passar de R\$ 3.807,96 mensais.

Tônia Galetti, coordenadora do departamento jurídico do Sindinapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), defende que a isenção do Imposto de Renda deveria se estender para todas as faixas de benefícios. "O aposentado tem um custo de vida maior e um poder de compra menor", justifica.

Segundo Tônia, 69% dos beneficiários recebem apenas um salário mínimo (R\$ 1.212). Para estes benefícios, o reajuste é o mesmo do salário mínimo, que subiu de R\$ 1.100, em 2021, para R\$ 1.212, em 2022. Para definir o valor do piso de 2022, o governo fez uma estimativa da **inflação** calculada pelo INPC. Segundo especialistas, considerando a **inflação** registrada e o valor que havia deixado de ser pago no piso de 2021, a correção do salário mínimo em 2022 ficou R\$ 1 abaixo do necessário para repor o poder de compra dos trabalhadores.

Os cálculos foram feitos pelo IOB e pela reportagem da Folha de janeiro de 2022, com base na tabela atual do IR.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/reajuste-do-inss-fica-menor-com-desconto-do-imposto-de-renda.shtml>

INSS começa a pagar primeira parcela do 13º. Veja o calendário!

Folha Vitória

/
por

Folha Vitória

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a pagar, nesta segunda-feira (25), a primeira parcela do décimo terceiro salário. Até dia 6 de maio, mais de 31 milhões de segurados serão beneficiados, entre aposentados e pensionistas.

Nos últimos dois anos, em 2020 e 2021, o 13º salário foi antecipado para abril e maio, e maio e junho, respectivamente, como ação para minimizar os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus nesse público. Normalmente, o abono é pago no segundo semestre do ano, em agosto e novembro.

O adiantamento da remuneração extra, num total de R\$ 56 bilhões, é apontado pelo Ministério da Economia como uma ferramenta para estimular a economia.

Primeira parcela

Quem recebe salário mínimo (R\$ 1.212)

Final do benefício 1 - 25/4

Final do benefício 2 - 26/4

Final do benefício 3 - 27/4

Final do benefício 4 - 28/4

Final do benefício 5 - 29/4

Final do benefício 6 - 2/5

Final do benefício 7 - 3/5

Final do benefício 8 - 4/5

Final do benefício 9 - 5/5

Final do benefício 0 - 6/5

Quem recebe acima do salário mínimo

Final do benefício 1 e 6 - 2/5

Final do benefício 2 e 7 - 3/5

Final do benefício 3 e 8 - 4/5

Final do benefício 4 e 9 - 5/5

Final do benefício 5 e 0 - 6/5

Calendário da segunda parcela

Quem recebe salário mínimo (R\$ 1.212)

Final do benefício 1 - 25/5

Final do benefício 2 - 26/5

Final do benefício 3 - 27/5

Final do benefício 4 - 30/5

Final do benefício 5 - 31/5

Final do benefício 6 - 1º/6

Final do benefício 7 - 2/6

Final do benefício 8 - 3/6

Final do benefício 9 - 6/6

Final do benefício 0 - 7/6

Quem recebe acima do salário mínimo

Final do benefício 1 e 6 - 1º/6

Final do benefício 2 e 7 - 2/6

Final do benefício 3 e 8 - 3/6

Final do benefício 4 e 9 - 6/6

Final do benefício 5 e 0 - 7/6

Leia também: FGTS: saque extraordinário de R\$ 1 mil

começou. Veja o calendário!

**Site: [http://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/inss-
comeca-a-pagar-primeira-parcela-do-13-veja-o-
calendario-25042022](http://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/inss-comeca-a-pagar-primeira-parcela-do-13-veja-o-calendario-25042022)**

Macron é reeleito e volta a bloquear ultradireita, mas promete mudanças



Michele Oliveira e Alexandra Moraes

O presidente Emmanuel Macron, 44, foi reeleito, neste domingo (24), para mais cinco anos como presidente da França. Pouco depois da meia-noite pelo horário local, com 100% das urnas apuradas, o político de centro-direita tinha 58,55% dos votos, à frente de Marine Le Pen, 53, com 41,45%.

Os números são praticamente os mesmos que haviam sido apontados pelas projeções divulgadas logo após o fechamento das urnas, às 20h no horário local (15h de Brasília), 58,2% e 41,8% -as estimativas são calculadas a partir dos resultados das seções eleitorais que encerram primeiro a votação.

Quinze minutos depois da divulgação da projeção, Le Pen já admitiu a derrota em discurso a apoiadores, buscando manter sua base mobilizada de olho na eleição legislativa de junho. O presidente se torna, agora, o quarto mandatário reeleito na Quinta República, como é chamado na França o período após 1958. O feito não era alcançado havia 20 anos, quando Jacques Chirac venceu o pai de Marine, Jean-Marie Le Pen.

A apoiadores no campo de Marte, em Paris, em frente à Torre Eiffel, Macron agradeceu a vitória, dizendo que será sua responsabilidade encontrar uma resposta para o que chamou de raiva que teria movido os

eleitores da rival. Ele fez menção àqueles que "votaram em mim não porque apoiam minhas ideias, mas para bloquear a ultradireita".

Reconheceu que a França sai da eleição como um país dividido e prometeu: "Ninguém vai ser deixado para trás". Na citação ao nome da adversária, parte do público ensaiou uma vaia e sugeriu que a derrotada se mudasse para Moscou -sua ligação com a Rússia de Vladimir Putin foi repisada ao longo da campanha. Macron então interrompeu o discurso para pedir que ela não fosse apupada. "De agora em diante, não sou o candidato de um partido, mas sim o presidente de todas e todos."

Afirmou ainda que seu segundo mandato não será de continuidade e prometeu cinco anos melhores para o país e para os mais jovens. "Não devem ser anos tranquilos, mas serão históricos", disse. E anunciou que vai trabalhar por uma França republicana, mais comprometida com os valores sociais e verdes. O político, que chegou ao campo de Marte ao som da "Ode à Alegria", hino da União Europeia, ao final de seu discurso de cerca de dez minutos ouviu o hino francês, emocionado, ao lado da mulher.

Antes mesmo de sua fala, líderes como Charles Michel (presidente do Conselho Europeu), Ursula von der Leyen (presidente da Comissão Europeia), Mark Rutte e Alexander de Croo (premiês de Holanda e Bélgica) cumprimentaram o presidente reeleito. Os líderes da Alemanha, Olaf Scholz, e do Reino Unido, Boris Johnson, enviaram mensagens na sequência.

Segundo o Palácio do Eliseu, o primeiro telefonema após a divulgação das projeções foi com o premiê alemão. O brasileiro Jair Bolsonaro, até pouco depois das 20h de Brasília, não havia se manifestado sobre o pleito francês.

Eleito em 2017 como uma lufada de centrismo na polarizada sociedade francesa, Macron continuará como chefe de Estado da sétima maior economia do mundo e a segunda da União Europeia, bloco do qual é um dos países fundadores. Com 67 milhões de pessoas, a França é o maior país da UE em território. É ainda um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, com poder de veto.

A posse para o novo mandato deve acontecer até o

dia 13 de maio.

A disputa foi uma repetição do segundo turno de 2017, mas marcada por uma diferença bem menor entre os dois candidatos. Cinco anos atrás, Macron obteve 20,7 milhões de votos e venceu por 66,1% a 33,9%. Desta vez, o resultado de Le Pen é o melhor da história para um candidato da ultradireita, que tenta chegar ao poder desde 1974, quando seu pai disputou a Presidência pela primeira vez.

Le Pen foi a primeira a votar neste domingo, por volta das 11h (hora local), em Hénin-Beaumont, no norte do país. Cerca de duas horas depois, Macron, acompanhado da mulher, Brigitte, compareceu à sua seção em Le Touquet, também no norte.

A abstenção foi de 28,01%, a mesma indicada pelas projeções dos institutos Ipsos e Ifop (Instituto Francês de Opinião Pública) -o número fica abaixo apenas do recorde de 1969 (31,3%), na disputa entre Georges Pompidou e Alain Poher.

O voto não é obrigatório na França.

Diferentemente de 2017, quando concorria a um cargo pela primeira vez, por um partido lançado havia apenas um ano, A República em Marcha, Macron agora enfrentou nas urnas a avaliação de seu primeiro mandato por uma população em parte insatisfeita com o aumento do custo de vida, diante de uma **inflação** anual de 5,1%, registrada em março -há um ano, o índice era de 1,6%.

O tema, inclusive, ocupou grande espaço no debate eleitoral e foi uma das principais bandeiras de sua adversária, que apresentou promessas como a redução de **impostos**, de 20% para 5,5%, sobre os preços da eletricidade e dos combustíveis. A estratégia, aliada a uma campanha que percorreu o interior do país e as periferias urbanas, contribuiu para que Le Pen conquistasse resultados expressivos nos dois turnos -no primeiro, ela ficou em segundo lugar, com 23,15% dos votos.

Macron, que terminou a primeira fase com 27,85%, dedicou menos tempo à campanha na etapa inicial. Envolvido nas tratativas diplomáticas que envolvem a Guerra da Ucrânia, ele só confirmou sua candidatura um dia antes do prazo final, em 3 de março, uma semana após o início do conflito.

Além dos dois, a disputa incluiu outros dez candidatos, e uma das surpresas foi a votação expressiva do terceiro colocado, o ultraesquerdista Jean-Luc Mélenchon, que atraiu 21,95% dos eleitores. Seu desempenho, especialmente entre os mais jovens, fez com que Macron e Le Pen ampliassem a atenção ao

campo da esquerda no segundo turno, com promessas dedicadas a temas sociais e ambientais.

Na véspera da votação, aqueles que declararam ter votado em Mélenchon no primeiro turno se dividiam em relação à decisão deste domingo: 41% anunciavam voto em Macron, 21%, em Le Pen, e 38% não se manifestaram.

O ultraesquerdista em si não apoiou claramente o presidente, mas recomendou aos seus partidários que não dessem "um único voto" a Le Pen. Neste domingo, após a divulgação das projeções, o político repetiu o pedido para que os franceses o elegessem primeiro-ministro, votando em peso em seu partido, França Insubmissa, nas eleições legislativas -chamadas por ele de "terceiro turno" desta disputa.

Em 2017, o partido de Macron foi o mais votado para a Assembleia Nacional, e o atual premiê, Jean Castex, é seu aliado.

Considerado o presidente francês mais europeu da história recente, Macron recebeu o apoio de parte dos líderes do bloco, numa manifestação sobre assuntos domésticos considerada rara na UE. O alemão Olaf Scholz, o espanhol Pedro Sánchez e o português António Costa se mostraram, em artigo no jornal Le Monde, temerosos dos efeitos de uma vitória de Le Pen, política que sempre teve um forte discurso eurocético e de relações antigas com o presidente russo, Vladimir Putin.

Se na eleição anterior a ultradireitista defendia a saída da França do bloco, agora passou a dizer que o ideal era uma reforma "por dentro". Entre suas promessas mais polêmicas estavam medidas para priorizar o acesso de franceses sobre imigrantes a emprego e habitação social e o controle de mercadorias nas fronteiras, o que entraria em choque com pontos fundamentais da UE.

Macron, em sua campanha, prometeu continuar trabalhando pela soberania europeia. A expressão, cunhada por ele desde o início do mandato, significa tornar o bloco mais autônomo tanto em termos de Defesa e economia.

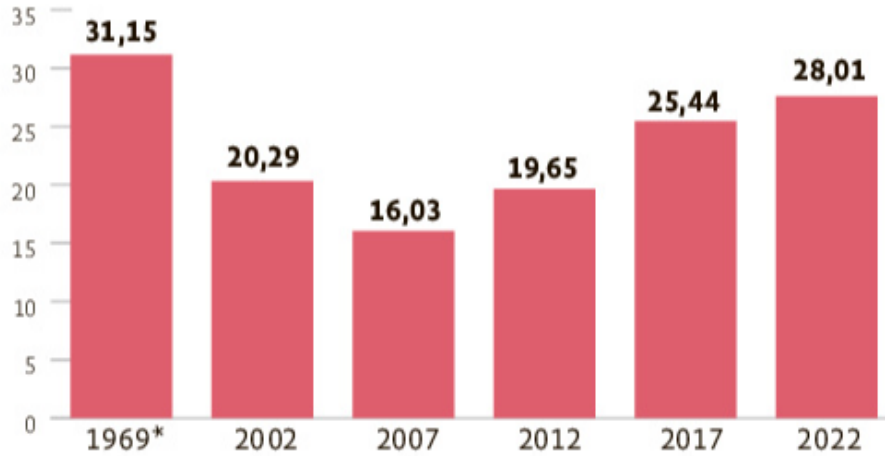
Além disso, anunciou a intenção de acelerar a transição energética, ampliando a participação de matrizes nuclear, solar e eólica, e defendeu elevar idade para aposentadoria de 62 para 65 anos -o que enfrenta resistência.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49891&anchor=6454694&pd=d4b7f0d044d44dfe186f211f56e6cf67>

Histórico de abstenção no 2º turno na França

Em %



*Ano com abstenção recorde
Fonte: Conselho Constitucional da França

58,5%

dos votos válidos recebeu **Emmanuel Macron**, um total de 18.779.641 eleitores

41,5%

recebeu **Marine Le Pen**, um total de 13.297.760

Votos brancos e nulos somaram 3.018.990

Inflação recorde não é única causa da queda na popularidade de Biden (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Rio permitirá pagamento de tributo em até 48 parcelas

Por Bárbara Pombo - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187198?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187198?page=2§ion=4

Câmara analisa LDO 2023 com receita de R\$ 10,7 bi



Tramita na Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor) o Projeto de Lei Ordinária (PLO) 169/22, que dispõe sobre as Diretrizes (LDO) para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023. Com previsão de receita estimada no valor de R\$ 10,7 bilhões, a medida firma as metas e prioridades da administração municipal para o próximo ano.

A matéria foi enviada às comissões técnicas da casa legislativa na quarta-feira (20). O projeto, estando na Comissão de Orçamento da CMFor, aguarda designação de um relator para elaboração de parecer. Esse parecer será apreciado pelo colegiado e, sendo aprovado, a matéria retorna ao plenário para que possa assim ser votada pelos parlamentares. Durante esse trâmite, os vereadores poderão contribuir com emendas ao texto, que funcionam como complementos para o texto original.

Além de definir as metas para a disposição orçamentária da Prefeitura, a matéria também determina: a organização e estrutura dos orçamentos; as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos fiscal, da **seguridade social** e de investimento das empresas estatais; as disposições relativas às despesas de pessoal; e as disposições sobre alterações na **legislação tributária**.

As prioridades da gestão para o ano de 2023 foram agrupadas em sete eixos estratégicos (Equidade Territorial, Social e Econômico; Cidade Conectada, Acessível e Justa Mobilidade e Acessibilidade Urbanas; Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar; Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento; Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais; Dinamização Econômica e Inclusão Produtiva e Governança Municipal), em que são previstas diversas

metas quantitativas de entregas de bens e serviços, especialmente articulados.

A sociedade civil pôde participar na elaboração do texto da LDO 2023 através da realização de 12 audiências públicas virtuais, abrangendo cada uma das regiões administrativas do município, entre os dias 24 de fevereiro e 3 de março de 2022. Nesse período, também foi efetivada consulta online junto à população de toda cidade por meio de formulário especificamente idealizado que agrupa 74 propostas dentro de 14 temas diferentes. As propostas apresentadas estão em análise pela gestão.

O presidente da Comissão de Orçamento, vereador Leo Couto (PSB) destaca a importância da matéria: "A Lei de Diretrizes Orçamentárias é de extrema importância, pois é ela que vai dar o direcionamento para o que vai ser realizado pelo prefeito Sarto no ano de 2023. A LDO é o que norteia a construção da Lei Orçamentária Anual, na qual ocorrerá no final do ano, e eu, como presidente da Comissão de Orçamento, acredito que esta peça seja muito importante para que saibamos as prioridades do Governo. É um elo entre a LOA e o Plano Plurianual", afirma o parlamentar.

Metas quantitativas de entrega de bens e serviços no projeto da LDO 2023

Beneficiamento de famílias com a regularização de imóveis ("Papel da Casa"), "Aluguel Social", bem como outros trabalhos de apoio especializados de habitação; Implantação e urbanização de espaços públicos e ampliação e recuperação do sistema de drenagem, além da construção de mini terminais de transporte coletivo urbano; Níveis de atenção à saúde (primária, secundária e terciária), a promoção do desenvolvimento integral da primeira infância ("Criança Feliz", "Sim; eu existo", e "Criança Cidadã) e interação da prática de atividades para a formação de hábitos saudáveis prioritariamente em espaços de territórios vulneráveis (Areninhas, Academias ao Ar Livre, Núcleos de Esporte e Lazer); Reforma e ampliação de unidades escolares do ensino fundamental, expansão da educação em tempo integral, ações permanentes em Cultura desenvolvidas em diversas regiões da Cidade e inclusão digital por meio do "Juventude Digital"; Planejamento e execução de ações articuladas para manter o meio ambiente seguro, sadio e equilibrado e contribuir para melhorias do

saneamento básico, especialmente nas áreas vulneráveis (parques e lagoas reurbanizados, orla requalificada); Promoção de oportunidades, renda e dignidade, a exemplo do programa "Nossas Guerreiras".

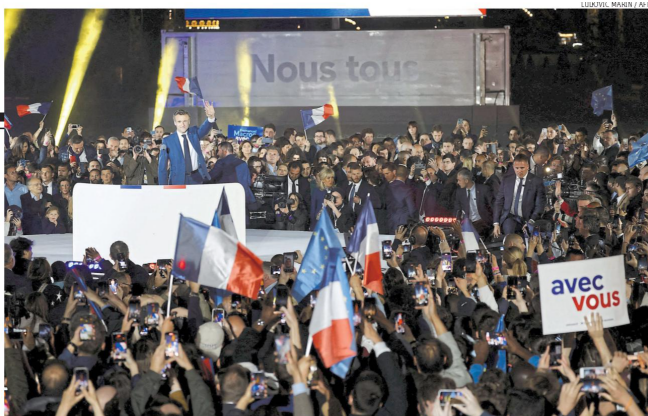
Site: <https://oestadoce.com.br/digital/25-04-2022-edicao24295/>

Macron é o primeiro presidente reeleito na França após 20 anos



THOMAS SAMSON / AFP

Com 41% dos votos, Le Pen diz que resultado foi "brilhante vitória"



LIBÉRAL / MANSO / AFP

Discurso. "De agora em diante, não sou mais o candidato de um campo, mas sim o presidente de todos", disse Macron após a vitória

Além de aplicar suas polêmicas reformas, seu principal desafio será unir o país

Emmanuel Macron, reeleito na França ontem, é o primeiro presidente francês a conquistar um segundo mandato desde 2002, quando Jacques Chirac derrotou o pai da atual candidata da oposição e líder da extrema-direita Marine Le Pen, Jean-Marie Le Pen.

Cinco anos atrás, o centrista Macron conquistou uma vitória expressiva também sobre Marine. Na ocasião, ele se tornou o mais jovem presidente francês. Porém, agora, além de aplicar suas polêmicas reformas, seu principal desafio será unir o país.

Entre 57,6% e 58,2% dos votos, o candidato de 44

anos do La République en Marche (LREM) derrotou novamente sua rival de extrema-direita, Marine Le Pen, 53, mas com uma diferença menor do que em 2017 (66 %), de acordo com as primeiras estimativas.

Projeções dos institutos Ipsos e Ifop (Instituto Francês de Opinião Pública), pouco mais de uma hora antes do encerramento da votação, indicavam 28% de abstenção, abaixo apenas do recorde de 1969 (31,3%), na disputa entre Georges Pompidou e Alain Poher. Segundo o balanço divulgado às 17h de ontem pela autoridade eleitoral, a taxa de comparecimento era de 63,23%, dois pontos abaixo do que a registrada no segundo turno de cinco anos atrás no mesmo horário. O voto não é obrigatório na França.

PRESIDENTE. Diferentemente de 2017, quando concorria a um cargo pela primeira vez, por um partido lançado havia apenas um ano, La République en Marche (LREM), Macron agora enfrentou nas urnas a avaliação de seu primeiro mandato por uma população em parte insatisfeita com o aumento do custo de vida, diante de uma **inflação** anual de 5,1%, registrada em março.

Desde que chegou ao poder em 2017, o centrista enfrentou duros protestos contra suas reformas, uma pandemia global e as consequências da guerra na Ucrânia. Mas não conseguiu apagar sua imagem de "arrogante" e alienado das chamadas classes populares.

"De agora em diante, não sou mais o candidato de um campo, mas sim o presidente de todos", acrescentou Macron durante seu discurso de vitória, em Paris. O liberal também prometeu um "método renovado" para dirigir o país após um primeiro mandato conturbado.

Assim que a projeção de vitória de Emmanuel Macron apareceu no telão, os militantes que se reuniam no Campo de Marte, com a Torre Eiffel ao fundo, comemoraram com muitos gritos e bandeiras da França e da União Europeia.

Num palco, a equipe de Macron fez de "One More Time" (mais uma vez, em inglês), o maior sucesso do duo francês Daft Punk, também o seu tema da vitória.

Após a proclamação dos resultados oficiais na próxima quarta-feira, Macron deve assumir seu novo mandato

antes de 13 de maio.

Oposição mira eleições legislativas

Depois das projeções indicarem a reeleição de Macron, a candidata derrotada Marine Le Pen discursou aceitando o resultado, mas já indicando que seguirá ativa mirando a eleição legislativa marcada para junho.

"Para todos aqueles que gostariam de ver nosso partido desaparecer, gostaria de dizer que vejo uma nova forma de esperança. Os resultados que tivemos mostram que na França e na Europa os líderes terão que enfrentar um grande sentimento de desconfiança das pessoas", disse, aplaudida.

Em uma fala de menos dez minutos, Marine prometeu continuar defendendo os interesses dos franceses na oposição, para garantir que eles tenham poder de compra e para barrar a reforma da aposentadoria que Macron pretende fazer.

Sem dizer o que pretende de seu futuro político, Le Pen, que é atualmente membro da Assembleia Nacional, chamou para o voto em seu partido, Reunião Nacional, para as eleições legislativas, em junho.

"Nós estaremos lá. Nos vemos na próxima batalha", disse. Ao fim, cantou o hino.

Segundo mandato

Principais promessas de Macron para transformar a França:

- Energia. Quer impulsionar a energia nuclear para produzir eletricidade, mas também pretende desenvolver as renováveis e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

- Aposentadoria. Quer aumentar gradativamente a idade de aposentadoria de 62 para 65 anos, e elevar a pensão mínima completa para 1.100 euros mensais.

- Emprego e impostos.

Promete reduzir os **impostos** das empresas em 10 bilhões de euros (quase US\$ 11 bilhões), e quer condicionar a renda mínima a 15 ou 20 horas de atividades de inserção ou formação.

- Imigração. Pretende reforçar os controles fronteiriços na União Europeia (UE) e na França, e expulsar os estrangeiros que "perturbarem a ordem pública".

- Saúde. Quer fazer com que a França volte a produzir medicamentos e resolver o problema das regiões sem

número suficiente de médicos.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16663>

TRAJETÓRIA

Casado
Sem filhos



21/12/1977

Nasce em Amiens

2004

Integra a Inspeção de Finanças após entrar na Escola Nacional de Administração

2008

Banqueiro de negócios no Rothschild & Co

2012

Secretário-Geral Adjunto da presidência

2014

Ministro da Economia, Indústria e Novas Tecnologias

Abril/2016

Lança seu movimento «Em Marcha!»

Maior/2017

Presidente mais jovem, eleito com 66% dos votos contra Marine Le Pen

Nov/2018

Enfrenta uma profunda crise social com o movimento dos «coletos amarelos»

2020-2021

Assume a política de «custe o que custar» para enfrentar a pandemia

24/4/2022

Reeleito presidente

FONTE: AFP

Inflação alta empobrece país, mas políticos ignoram debate econômico - MERCADO

S/A

FILIPES/CD/DAPIESS



sociedade são tenebrosos. Para ajustar o bolso à nova realidade inflacionária, seis em cada 10 pessoas foram obrigadas a mudar os hábitos de consumo, segundo levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O quadro agrava-se com o empobrecimento da população: a renda média mensal caiu 8,8% em fevereiro diante de igual mês de 2021, e não há sinais de que ela possa se recuperar. Com menos dinheiro e preços em alta, é inevitável que o calote aumente. De fato, a inadimplência acaba de alcançar níveis recordes. Enquanto isso, os políticos não se debruçam sobre o problema, priorizando a agenda eleitoral em detrimento do debate econômico. Esta é a triste sina do país.

Twitter vai combater negacionistas das mudanças climáticas



Não é só na seara política que o Twitter quer combater a disseminação de notícias falsas. Agora, a rede social informa que não permitirá mais a exposição de anúncios que neguem o consenso científico sobre as mudanças climáticas. A empresa também está disposta a bloquear conteúdos de usuários que publiquem inverdades sobre o tema. Apesar dos estragos inquestionáveis que o aquecimento global provoca no planeta, negacionistas se recusam a aceitar a gravidade da situação.

Unilever abandona anúncios para menores de 16 anos



AMAURI SEGALLA

A anglo-holandesa Unilever, uma das maiores empresas de bens de consumo do mundo, vai deixar de anunciar alimentos e bebidas para menores de 16 anos, tanto na mídia tradicional quanto nas mídias sociais. A medida é válida para todos os países onde atua, inclusive no Brasil. Cada vez mais as grandes marcas têm sido pressionadas para evitar exposições de produtos ricos em gordura, açúcar e sal, que afetam a saúde humana. Desde 2020, a empresa não faz propaganda de itens para menores de 12 anos.

Movida e Unidas investem em carros elétricos

A **inflação** tem destruído as finanças dos brasileiros. Em 12 meses, a taxa está acumulada em 11,3%, sendo que em março ela foi a maior para o mês em 28 anos ? desde o Plano Real, portanto. Os efeitos para a

As locadoras de carros começam a se render aos modelos elétricos. Há alguns dias, a Movida assinou com a BYD Brasil um contrato de R\$ 100 milhões para

a compra de 250 automóveis movidos a eletricidade. Os novos veículos deverão chegar às lojas a partir de maio e se juntarão aos cerca de 600 eletrificados que já fazem parte da frota da empresa. Na Unidas, a meta é adquirir ao menos 2 mil carros elétricos em 2022 e chegar a um total de 2,6 mil veículos desse tipo até o fim do ano.

Rapidinhas

A francesa Point S, uma das maiores redes mundiais de serviços automotivos, vai investir R\$ 175 milhões para abrir 200 unidades no Brasil nos próximos cinco anos. A empresa tem 5,7 mil pontos de venda em 49 países e quer aproveitar o crescimento de vendas de carros usados ? que exigem maior manutenção ? no mercado brasileiro.

A Ambev, maior cervejaria do mundo, fatura com a nova era digital. Lançada há três anos, a Bees, marketplace para bares e restaurantes, tem 370 mil clientes. Outro destaque é o Zé Delivery, plataforma para entregas de bebidas aos consumidores. No quarto trimestre de 2021, o aplicativo distribuiu 6% do volume de cervejas vendido pela empresa.

Uma lei em tramitação no Congresso americano poderá atingir em cheio a criação de grandes conglomerados empresariais. A proposta, cuja premissa é evitar a criação de monopólios, prevê tornar ilegal as fusões de empresas com valor de mercado acima de US\$ 5 bilhões. Por esse critério, a compra do WhatsApp pelo Facebook estaria vetada.

A **inflação** chegou com força ao mercado imobiliário. De acordo com levantamento realizado pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), o preço médio dos imóveis residenciais subiu 3% no primeiro trimestre de 2022 e acumula alta de 17,5% nos últimos 12 meses.

"Este é um momento tumultuado e perigoso da história. Para enfraquecer as instituições democráticas, basta usar as redes sociais para espalhar sujeira e planejar teorias conspiratórias"

Barack Obama, ex-presidente dos Estados Unidos

126 milhões

de empregos serão gerados pelo turismo na próxima década, segundo projeção do WTTC, o Conselho Mundial do Setor. O segmento responderá por um em cada três trabalhos criados no período

Pobre Brasil que empobrece mais (Editorial)

O foco do governo na reeleição do presidente Jair Bolsonaro e os radares políticos voltados para as sucessivas crises estão cegando o debate sobre uma realidade cruel e que pode nos condenar a muitos anos de baixo crescimento econômico: os efeitos perversos da **inflação** alta e da queda da renda dos trabalhadores, que resultam no aumento da desigualdade social, com o crescente empobrecimento da população brasileira. A pobreza cresce a olhos vistos nas grandes capitais, onde o número de pessoas em situação de rua se multiplicou desde o início da pandemia de covid-19, com governos fazendo vistas grossas para um problema social que tende a se agravar e demandando cada vez mais o pagamento de auxílios emergenciais, paliativo que consome recursos do Orçamento sem apresentar uma solução estrutural para a situação degradante de mais de 220 mil brasileiros.

Números oficiais em relação ao ano passado ainda serão divulgados, mas não faltam levantamentos mostrando a depauperação da sociedade, em que 1% dos mais ricos concentra quase 30% de toda a renda gerada no país, segundo dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segue firme. E a **inflação**, que em março chegou a um acumulado de 11,3% em 12 meses, agrava essa concentração, uma vez que a população com maior poder aquisitivo continua tendo disponibilidade de renda para multiplicar o dinheiro, apesar de também conviver com o aumento das despesas, enquanto os mais pobres estão se endividando para dar conta de gastos diários. O Brasil continuará mantendo o título de uns dos países com maior desigualdade do mundo.

Estudo de pesquisadores da PUC-RS do Observatório das Metrôpoles e da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina, com base em dados da Pnad Contínua, mostra que a renda per capita dos brasileiros atingiu o menor nível em 10 anos no terceiro trimestre de 2021, chegando a R\$ 1.378, pouco mais do que o salário mínimo de R\$ 1.212 em vigor hoje e equivalente a três vezes do valor de R\$ 400 do Auxílio Brasil. A ajuda do governo é paga hoje a pouco mais de 17 milhões de famílias, o que representa um contingente de 68 milhões de brasileiros, considerando uma média estatística de quatro pessoas por família. Pouco provável que um burocrata do Ministério da Economia consiga imaginar o que é viver com tão pouca renda.

Esses números explicam o fato de 33,8 milhões de brasileiros viverem hoje com menos de um salário

mínimo por mês em 2021, conforme revela levantamento da LCA Consultores com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em um ano, 4,4 milhões de pessoas passaram a conviver com renda mensal abaixo de R\$ 1.212. O contingente é o maior em quase 10 anos. E o quadro não é muito melhor para a maioria dos trabalhadores contratados formalmente. Estudo do Dieese sobre os reajustes salariais em 2021 mostra que 52% dos reajustes com data-base em março não repuseram a **inflação** de 10,8% em 2021, 34% tiveram correção apenas pelo INPC e só 13,9%, "ganho real, jogando para baixo a renda do trabalho.

No cenário do empobrecimento da população, o Brasil convive com uma taxa de desemprego de dois dígitos e 12 milhões de trabalhadores em busca de trabalho. Conta ainda com cerca de 50 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza, sendo que destes, 12 milhões vivem em extrema pobreza, com renda per capita de R\$ 155 por mês. É esse quadro que, no fim das contas, representa menos educação, menos qualificação de trabalhadores, menos capacidade de consumo e mais gastos com saúde, segurança pública e com auxílios emergenciais, vai condenar o Brasil a um baixo crescimento econômico, enquanto esse imenso número de brasileiros seguirá apenas sobrevivendo. Com denúncias de corrupção se multiplicando e o presidente Jair Bolsonaro se mostrando mais preocupado em criar polêmicas e com sua reeleição, o governo não esboça nenhum programa ou ação para mudar esse quadro, que nos condena a um retrocesso social.

Bolsonaro não teme o Supremo porque vive da crise institucional



Amanda Evelyn, 29
Formada em relações internacionais pela Universidade de Brasília, é mestre e doutora em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com um período de estudo na Universidade de Pisa (Itália). É pesquisadora do Deciso (Núcleo de Pesquisas em Direito e Ciências Sociais) da Uerj e do Núcleo de Estudos da Violência da USP, com foco em operações anticorrupção no Brasil e na Itália

Uirá Machado

Se o indulto individual está previsto na legislação brasileira, por que nenhum presidente tinha utilizado esse instrumento sob a Constituição de 1988? E por que Jair Bolsonaro (PL) foi o primeiro a fazê-lo, ao conceder o perdão ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ)?

Para a socióloga Amanda Evelyn, a resposta está no custo político de desrespeitar o STF (Supremo Tribunal Federal) e no risco de iniciar uma crise institucional. Os petistas Lula e Dilma Rousseff, por exemplo, não deram o indulto individual a condenados no mensalão ou na Lava Jato.

"O problema é que, no governo Bolsonaro, essa crise existe desde o princípio. O indulto é a cereja do bolo, é mais um passinho", diz Evelyn. "Ele precisa confrontar,

precisa dar resposta, precisa se posicionar."

De acordo com ela, o gesto de Bolsonaro representa um aviso de que terminou a trégua que se dizia existir com o Judiciário, um recado que ajuda a mobilizar sua base de apoio para a eleição, além de desviar a atenção da **inflação** e do desemprego, por exemplo.

Estudiosa da Lava Jato e da Mãos Limpas, operação na Itália que inspirou o ex-juiz federal Sergio Moro, a socióloga afirma que Bolsonaro surpreende não por sufocar o combate à corrupção, mas pela eficácia com que faz isso.

"[Existe] quase que o esmagamento do combate à corrupção no Brasil. E isso porque não é só o fim da Lava Jato. São todas essas decisões sobre transparência de gastos públicos que têm tornado cada vez mais difícil que as denúncias sejam levadas à frente."

Como a senhora avalia o indulto concedido a Daniel Silveira, considerando que Bolsonaro se elegeu com o impulso da Lava Jato e prometeu não conceder esse tipo de benefício a ninguém? O indulto vem como resposta num jogo político que está sendo colocado há bastante tempo. O contexto da Lava Jato ajuda a focalizar uma insatisfação que já existia na sociedade brasileira em relação ao Judiciário, considerado lento e que não dá as respostas que as pessoas esperam. Essa energia acabou sendo catalisada em direção ao STF, que virou o grande inimigo da Lava Jato.

O deputado Daniel Silveira vocaliza essa crítica e acaba sendo colocado como um dos alvos desse inquérito das fake news, dos atos antidemocráticos. Então o indulto foi uma resposta, uma jogada de poder do governo Bolsonaro e um aviso ao STF de que a trégua que se dizia existir entre Executivo e Judiciário se dissipou.

A gente também tem que lembrar que Bolsonaro se constrói a partir de um ressentimento e que o STF é um dos polos de poder que ele quer tomar. Então, apesar de essa decisão de dar o indulto ser contrária ao que ele dizia antes, ela consegue se encaixar nessa grande narrativa de uma resposta a um sistema que o excluía e que excluía um determinado tipo de homem, de cidadão. E um dos representantes desse grupo seria o Daniel Silveira.

Algumas pessoas têm argumentado que os atos de Bolsonaro em relação ao Judiciário são consequência de exageros cometidos antes pelo STF e que a corte teria perdido legitimidade, deixando o presidente mais à vontade. Eu acho que faz sentido [esse raciocínio]. Só não sei se seriam abusos. A gente tem uma construção constitucional que deixou essas brechas para o STF. É muito claro que o STF é um ator político que vai expandindo suas esferas de decisão, e os próprios ministros são os moderadores.

A questão importante é entender como lidar com um governo que demonstra um desrespeito muito grande em relação a qualquer instituição. O STF encontrou um caminho para lidar com o governo Bolsonaro. Não sei se é o melhor caminho, mas é uma resposta.

Na sua opinião, qual seria a melhor resposta do STF nesse caso do indulto individual? Depende do objetivo. Num ano eleitoral, [a condenação de Daniel Silveira] foi uma decisão talvez pouco estratégica, porque ela dá um certo material para uma questão em que o Bolsonaro vem batendo desde a campanha, que é o STF, que é a Justiça corrompida. Talvez, do ponto de vista da consequência política, teria sido melhor esperar a definição do próximo presidente.

Mas [os ministros] acharam que, nesse jogo do Supremo contra o Bolsonaro, era adequado que essa resposta fosse dada agora. E aí a gente tem que ver como isso vai ser mobilizado para a frente. Se o Supremo voltar a decidir sobre a questão do indulto, não dá para dizer que não vai trazer consequências para a campanha eleitoral.

O Supremo está numa situação bastante arriscada. Sempre se fala em dissolução do STF, mas acho que isso é bem longe da realidade. Mas existem outras propostas que foram ventiladas, como aumentar a corte, tentar mudar as prerrogativas, diminuir o poder do Supremo.

Então o STF deveria ignorar esse caso? Não. Mas os ministros vão ter que avaliar os riscos. Seria muito perigoso haver uma decisão de um ministro só. Tem que ser uma decisão colegiada. E tem que ver o nível de acordo com os ministros indicados por Bolsonaro. Isso para que a decisão, seja ela qual for, tenha o máximo de legitimidade e não aumente ainda mais essa tensão entre Supremo e Bolsonaro. Mesmo assim, é difícil que não mobilize os apoiadores do presidente.

Que impacto a senhora imagina que o gesto de Bolsonaro terá na eleição? Ele dá um recado bastante forte para sua base de que está disposto a usar todas as prerrogativas para proteger os seus. Confrontar o

Supremo é sempre um recado mais forte, porque a gente está falando da mais alta corte do Brasil. Isso ajuda a mobilizar para a eleição. Além disso, é uma maneira de distrair de outros problemas, como **inflação**, desemprego.

Dentro desse cálculo de mobilização da base, faz sentido a justificativa de defesa da liberdade de expressão? Dentro do raciocínio dos apoiadores dele, sim. A narrativa por trás do indulto é: por que um cidadão não pode criticar uma instituição? O problema é sempre o nível da crítica. Uma coisa é dizer que o Supremo é ineficiente ou que suas decisões não te satisfazem. Outra coisa é ameaçar de morte.

E qual é o nível de crítica que uma sociedade democrática deveria suportar? Esse limite, dentro da base de apoio bolsonarista, é muito maior. Até a ameaça de morte é aceitável [nesse raciocínio], porque ela é vista como uma crítica.

O que explica que nenhum presidente eleito desde 1988 tenha usado o indulto individual? E o que explica que Bolsonaro tenha recorrido a esse instituto? Tem essa discussão sobre Dilma [Rousseff] e Lula não terem indultado o pessoal do mensalão e da Lava Jato. Acho que eles acreditavam que o preço político de usar o indulto era muito alto. E, de fato, é.

Mas, novamente, é a questão do limite do bolsonarismo, que é muito alargado. Para ele [Bolsonaro], é um passo muito natural, porque vem da questão do confronto. Ele precisa confrontar, ele precisa dar resposta, precisa se posicionar.

Outros presidentes consideraram que havia um risco muito alto, porque [dar o indulto individual] poderia iniciar uma crise entre os Poderes. O problema é que, no governo Bolsonaro, essa crise existe desde o princípio. O indulto é a cereja do bolo, é mais um passinho.

Bolsonaro é o primeiro presidente eleito depois da Lava Jato. Essa tensão constante com o Judiciário é consequência desse contexto pós-operação? Na Itália, também houve essa tensão após a operação Mãos Limpas? Aconteceu, mas em um nível muito mais sutil do que aqui. No Brasil, os operadores da Lava Jato sempre foram muito críticos do STF. Na Itália, não tinha esse questionamento direcionado. Havia críticas ao sistema de Justiça, mas não como aqui.

Até porque alguns dos principais procuradores seguiram na magistratura pós-Mãos Limpas. Então tem uma questão estratégica: por que criticar o Poder em que você continua? E eles não tinham uma ideia de reforma do sistema de Justiça como os operadores da Lava Jato tinham.

Além disso, os atritos que existiram acabaram sendo respondidos em alguma medida dentro dos processos individuais. Não tinha [na Itália] essa organização da Lava Jato, que é uma operação enorme. A Mãos Limpas era uma operação mais localizada. E é uma estrutura muito diferente. A corte de cassação [italiana] tem 200 juízes, então é difícil reclamar de 1.

O que é semelhante é que o insucesso dessas operações em combater a corrupção, ou seja, continua havendo corrupção apesar dessas operações, [provoca] uma queda de confiança da população no sistema de Justiça.

Aqui no Brasil houve inclusive um retrocesso no combate à corrupção, não? Os jornais têm noticiado diversos escândalos dentro do governo, mas as investigações judiciais não avançam, ao contrário do que acontecia poucos anos atrás. Era previsível esse movimento? Creio que sim. O combate à corrupção é sempre muito agressivo a qualquer governo, seja de esquerda, seja de direita. Todos vão sofrer consequências políticas bastante significativas. E ainda existem outros fatores além do combate à corrupção: tem uma desestabilização da economia, dos próprios partidos, das mobilizações sociais.

O combate à corrupção sempre vai provocar um momento de desestabilização. E manter o combate à corrupção sob controle é uma forma de manter o governo estável.

Mas o que eu acho que ninguém conseguiu cravar nos primeiros meses [de governo Bolsonaro] é que ele seria tão efetivo ao controlar o combate à corrupção. Porque o normal seria pensar que, ainda que não houvesse um procurador-geral da República muito atento, talvez outros procuradores se mobilizassem para fazer investigações.

Bolsonaro tem sido muito eficaz no controle, nesse apagamento, quase que o esmagamento do combate à corrupção no Brasil. E isso porque não é só o fim da Lava Jato. São todas essas decisões sobre transparência de gastos públicos que têm tornado cada vez mais difícil que as denúncias sejam levadas à frente.

Isso não deveria incomodar os eleitores bolsonaristas, já que o presidente se elegeu com um discurso de combate à corrupção? Deveria. Mas o eleitor que tinha o combate à corrupção como uma agenda muito séria dentro das suas decisões políticas já deixou de apoiar o Bolsonaro. Essa minoria se desmobilizou, viu que tinha uma contradição.

Para o resto da base de apoio, eles conseguiram

encaixar esses percalços. Eles entendem o combate à corrupção sempre como um ataque dos inimigos contra Bolsonaro, dentro de uma lógica adversarial, de um adversário atacando e usando a corrupção como desculpa.

Ressalvadas as diferenças entre os países, o fato de a Lava Jato ter ocorrido décadas depois da Mãos Limpas permite ao Brasil tirar alguma lição? De maneira geral, a Mãos Limpas ensina que o direito é bastante limitado no combate à corrupção. Os procuradores italianos talvez tiveram a clareza de que o processo penal nunca seria suficiente.

Outro ponto é questionar a ideia do outsider, dessas figuras antissistema que estão mais dentro do sistema do que a gente elabora.

Um terceiro ponto é que a gente nunca pode tratar nenhum desses poderes, instituições, forças-tarefas como uma coisa só. Há vários grupos, correntes, pensamentos muito diferentes. Da mesma maneira os partidos políticos. Não dá para pôr um carimbo em todos, como se fossem todos sujeitos. Sempre tem um bom juiz, um bom político, um bom procurador.

E outro ponto é que tem um tempo de reconstrução. A Itália passou por um momento de vácuo, mas essas figuras foram se estabilizando.

O problema no Brasil é que as tensões são muito grandes, os conflitos estão muito aflorados e fazem com que a gente ache que essa estabilização vai ser muito mais difícil. Talvez vai demorar mais tempo, vai demandar um esforço bastante positivo dos próximos presidentes, dos próximos procuradores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49891&anchor=6454694&pd=d4b7f0d044d44dfe186f211f56e6cf67>

Renda dos trabalhadores mais ricos recua 16% na pandemia

Daniel Mariani, Diana Yukari e Leonardo Vieceli

A crise gerada pela Covid-19 e a disparada da **inflação** chegaram até o bolso dos trabalhadores com salários mais altos, que têm mais condições para enfrentar as dificuldades no cenário econômico.

Sinal disso é que a renda média do trabalho do grupo 1% mais rico no país caiu 16,4%, em termos reais, desde o começo da pandemia.

Mesmo com a redução, o rendimento dessa parcela ainda é 80,9 vezes maior (R\$26.899) do que o dos profissionais 10% mais pobres (R\$ 332) na média.

As conclusões são de um levantamento da Folha a partir de microdados da Pnad Contínua, realizada pelo IBGE.

No quarto trimestre de 2019, antes da explosão da pandemia, a renda média do trabalho da fatia 1% mais rica era de R\$ 32.157 por mês.

Dois anos depois, no quarto trimestre de 2021, já com a crise sanitária em curso, o rendimento baixou para R\$26.899.

Vem dessa comparação a queda de 16,4% -ou menos R\$ 5.258.0 indicador avaliado é o da renda média habitual de cada pessoa ocupada com trabalho formal ou informal.

Desempregados não entram nos cálculos. Os dados contemplam só os recursos recebidos com o trabalho e não consideram valores de investimentos e benefícios sociais.

"O trabalhador está com dificuldade para conseguir reajustes. A elite do funcionalismo, por exemplo, está mais no topo da distribuição de renda e tenta barganhar isso ", diz o economista Alysson Porte 11a, pesquisador do Insuper.

"O que explica a perda no topo da pirâmide é a **inflação**. Ela está gerando perdas reais nos salários", indica o professor André Salata, do programa de pós-graduação em ciências sociais da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), que estuda desigualdade e distribuição de renda.

Na base da pirâmide, o rendimento dos trabalhadores 10% mais pobres passou de R\$ 324 para R\$ 332 entre o quarto trimestre de 2019 e igual período de 2021(+2,3%).

O avanço na média, contudo, deve ser analisado com cautela devido a um efeito de composição do grupo, ponderam analistas.

Segundo eles, a chegada da pandemia, em-2020, expulsou do mercado principalmente os mais vulneráveis, em grande parte associados à informalidade e a menores salários.

Esse é um dos possíveis motivos para a renda dos 10% mais pobres ter crescido na média após o início da pandemia.

No segundo trimestre de 2020, marcado por restrições a atividades econômicas e menos profissionais atuando no mercado, o rendimento dessa camada chegou a ser 16,2% maior, em média, do que no final de 2019.

Contudo, nos intervalos mais recentes, esse avanço vem ficando menor -foi de 2,3% no quarto trimestre de 2021-, em meio ao retorno dos brasileiros mais vulneráveis à população ocupada e ao avanço da **inflação**.

A economista Janaína Feijó, do FGV Ibre, diz que os mais ricos, mesmo perdendo renda, têm mais mecanismos para se proteger da alta de preços.

"A **inflação** bate no rendimento do trabalho, mas essas pessoas conseguem se proteger de outras formas. A perda pode ser compensada, por exemplo, com investimentos financeiros. Isso diminui o impacto da **inflação** entre os mais ricos", afirma.

Na média de todos os grupos, o rendimento dos ocupados era de R\$ 2.675 no quarto trimestre de 2019. Em igual intervalo de 2021, recuou para R\$2.447, uma queda de 8,5% em termos reais.

O resultado mais recente representa o menor nível da série histórica da Pnad com trimestres tradicionais (janeiro a março, abril a junho, julho a setembro e outubro a dezembro). Os registros começaram em 2012.

Para analistas, a recuperação da renda do trabalho depende em grande parte do avanço da atividade econômica. O problema é que as previsões indicam baixo crescimento em 2022, inferior a 1%. Fatores como a **inflação** e os juros mais altos são apontados como obstáculos para um desempenho melhor do **PIB** e, conseqüentemente, da renda.

"A previsão não é tão boa. A gente até vem recuperando empregos, mas a renda está menor na média", aponta o economista Alysson Portella, pesquisador do Insper.

"Tem um quebra-cabeça no cenário, que é como incentivar a retomada da economia e, ao mesmo tempo, controlar a **inflação**", diz Salata.

"A questão é que o principal remédio para conter a **inflação** é aumentar os juros, o que dificulta a recuperação da atividade econômica." De acordo com os dados, a renda média dos trabalhadores 1% mais ricos no quarto trimestre de 2019 (R\$ 32.157) era 99 vezes maior do que a dos 10% mais pobres (R\$ 324).

Essa relação caiu para 80,9 vezes no quarto trimestre de 2021 especialmente pela baixa dos mais ricos.

"O ideal seria se todos ganhassem mais, e a base, os mais pobres, tivesse um aumento proporcionalmente maior."

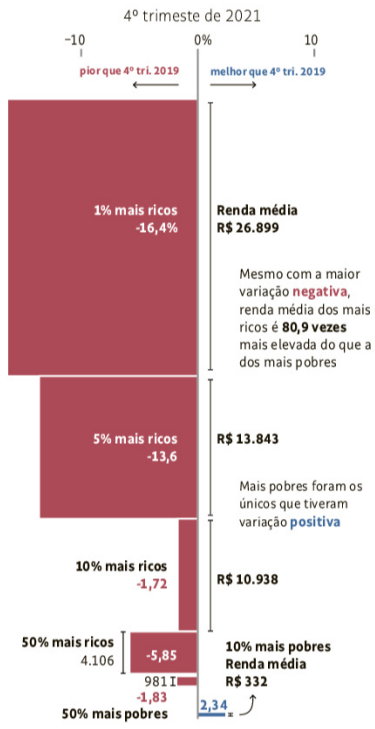
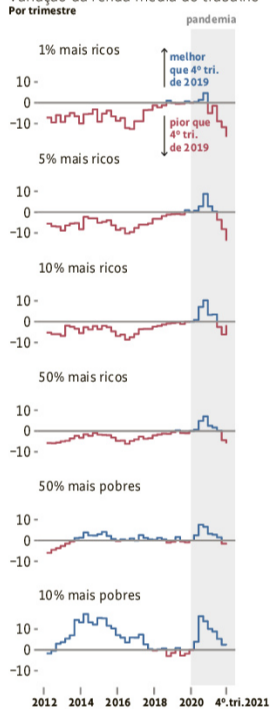
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49891&anchor=6454694&pd=d4b7f0d044d44dfe186f211f56e6cf67>

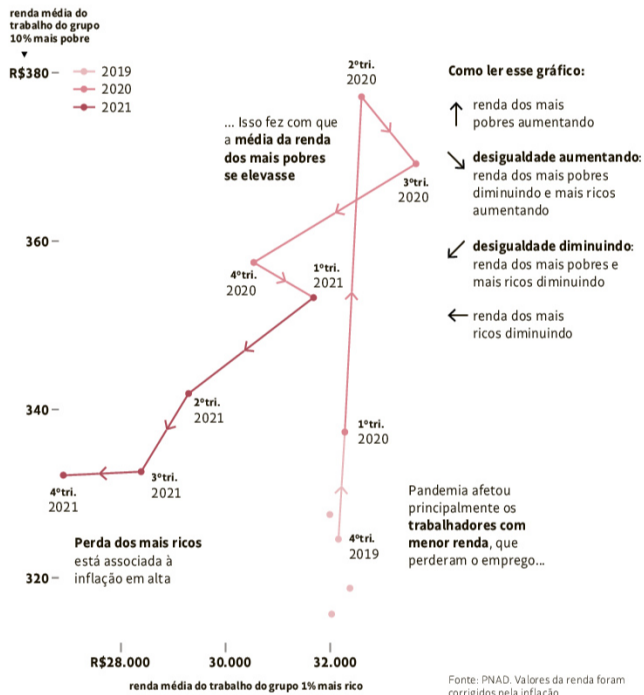
Trabalhadores mais ricos perdem renda

Desigualdade caiu, mas distância entre extremos ainda é elevada

Varição da renda média do trabalho



Queda na desigualdade está relacionada a perdas expressivas entre os maiores salários



Planos de saúde 16% mais caros

Os planos de saúde individuais devem ficar quase 16% mais caros, segundo estimativas do setor. O reajuste oficial referente ao período de maio de 2022 a abril de 2023 ainda não foi divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), mas deve ser anunciado até junho.

Se confirmada, essa seria a maior alta desde 2000, quando entrou em vigor o modelo atual de reajuste.

O percentual mais alto autorizado pela ANS até hoje foi de 13,57% em 2016. Em 2021, pela primeira vez, os planos individuais tiveram reajuste negativo (-8,19%). Reflexo da queda na utilização dos serviços da saúde suplementar e redução das despesas assistenciais.

Para determinar o reajuste anual, a ANS leva em conta a variação das despesas com atendimento aos beneficiários de planos de saúde (com peso de 80% sobre o cálculo) e a **inflação** acumulada no ciclo anterior (com peso de 20%).

Uma vez anunciado o percentual máximo de reajuste, as operadoras poderão subir os preços dos planos individuais a partir data de aniversário do contrato -isto é, no mês de contratação do plano. A alta poderá acontecer até abril de 2023.

O reajuste divulgado pela ANS não vale para planos coletivos empresariais e por adesão. Segundo a agência reguladora, 8,9 milhões de pessoas têm planos individuais de saúde no Brasil.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-fd0844cddec522c72993e744add7ed20.pdf

Dívida, inflação e estagnação (Editorial)



Quatro em dez pessoas com direito ao saque especial do FGTS pretendem usar o dinheiro extra para limpar o nome e recuperar o acesso ao crédito, segundo pesquisa do Instituto Opinion Box em parceria com a Serasa Experian. Mais da metade desse grupo - 26% dos pesquisados - deverá liquidar contas de água, luz e gás, itens essenciais ao dia a dia das famílias.

Ao decidir medidas desse tipo, facilitando a obtenção de recursos especiais, o objetivo das autoridades é normalmente estimular o consumo e repor em movimento a economia estagnada. Neste caso, o primeiro efeito notável será a reparação parcial dos danos causados aos consumidores, principalmente aos mais pobres, pela combinação do alto desemprego, do aumento de preços e da forte elevação dos juros.

Sem vigor nos últimos dez anos e sem rumo nos últimos três, a economia tem sido incapaz de proporcionar emprego à força de trabalho disponível. Além disso, grande parte da ocupação ocorre na informalidade e com remuneração tão baixa quanto insegura. Mais do que um recurso para elevar o padrão de consumo e a qualidade de vida, endividar-se passou a representar, para milhões de famílias, um meio de sobrevivência.

Em março, 77,5% das famílias consultadas indicaram ter dívidas a vencer, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Foi a maior porcentagem registrada em 12 anos, isto é, desde o início do

levantamento.

Também foi recorde, para esse período, a parcela das famílias com débitos em atraso (27,8%). As endividadas eram 67,3% um ano antes. As inadimplentes, 24,4%. Também aumentou nesse período - de 10,5% para 10,8% - a fatia daquelas sem condições de pagar os débitos já em atraso.

O endividamento e a inadimplência aumentaram nos dois grandes grupos de renda, até 10 salários mínimos mensais e acima desse nível. No caso das contas em atraso, a expansão, em um ano, foi de 12,2% para 13,2% das famílias com ganho mensal superior a 10 mínimos e de 27,2% para 31,1% daquelas da faixa inferior.

A pesquisa mostra também uma piora da percepção do endividamento. As contas a pagar, dentro ou fora do prazo, pressionam fortemente os orçamentos.

Em março, 30% dos ganhos estavam comprometidos com dívidas. Para 20,9% das famílias endividadas, esses compromissos correspondiam a mais de 50% da renda, o maior porcentual desde agosto do ano passado.

Os otimistas podem apostar em melhoras desse quadro, mas hoje há poucos sinais positivos. O Fundo Monetário Internacional aumentou a projeção de crescimento econômico do Brasil em 2022, mas a mudança foi de 0,3%, taxa estimada em janeiro, para 0,8%. Bancos também elevaram suas previsões, mas seis das nove registradas pelo Estadão na quarta-feira são inferiores a 1%. Só duas correspondem a 1% e uma a 1,5%. A taxa oficial de **inflação** chegou a 11,3% nos 12 meses até março, e qualquer baixa deverá ser muito gradual. Os juros devem continuar em alta, para conter os preços, e também isso dificultará a redução do endividamento e da inadimplência.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação e guerra na Ucrânia foram principais temas de reunião do FMI

RICARDO LEOPOLDO

As consequências econômicas da invasão da Ucrânia pela Rússia e a alta da **inflação** em todo o mundo deram o tom da reunião de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), encerrada ontem em Washington.

Nas conferências, nenhuma das autoridades arriscou uma previsão sobre quando a guerra no Leste Europeu acabará, o que demanda dos governos poupar os recursos, com controle da dívida pública.

Ao mesmo tempo, a urgência no combate à alta expressiva dos preços foi um consenso entre as autoridades participantes do evento. Muitas delas estavam convictas de que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) teria demorado a subir os juros.

O presidente do Fed, Jerome Powell disse que uma alta de 0,50 ponto porcentual está "na mesa" para o próximo encontro do Fomc, em maio. Ele ressaltou que têm mérito as ações emergenciais para mitigar a alta do petróleo deflagrada pela guerra, como a liberação de reservas estratégicas do produto pelo presidente americano, Joe Biden.

Já Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu (BCE), foi bem menos incisiva do que Powell, ao não indicar uma elevação imediata de juros. Ela vive um drama maior no comando do BCE, pois a Europa está sendo diretamente atingida pela guerra na Ucrânia e corre o risco de enfrentar uma recessão, caso o conflito se prolongue.

Para Lagarde, não é razoável fixar uma data para a elevação dessas taxas porque, se o BCE é dependente de dados, então, "pelo amor de Deus" é preciso esperar tais estatísticas trazerem informações que justifiquem o aperto da política monetária.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Commodities e maior caixa elevam dividendos e indicam 2022 positivo

Por Rodrigo Rocha e Cristiana Euclides - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187198?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187198?page=2§ion=4

Questionário pré-Copom - DESTAQUES

DESTAQUES

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187198?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187198?page=2§ion=4

Fed traz nova onda de volatilidade cambial

Por Lucinda Pinto e Victor Rezende - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187198?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187198?page=2§ion=4